

Comunidades quilombolas: produção científica, coautoria e temas emergentes indexados na SciELO (1996-2023)

Quilombola communities: scientific production, co-authorship and emerging themes indexed in SciELO (1996-2023)

Comunidades quilombolas: producción científica, coautoría y temas emergentes indexados en SciELO (1996-2023)

Lidiane Vilhena Pantoja

Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

Anderson do Rosario Borralho

Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

Ediane Maria Gheno

Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

ORIGINAL

Resumo

Objetivo. Avalia a produção científica sobre comunidades quilombolas por meio de indicadores bibliométricos e cientométricos: número de artigos, coautoria e coocorrência de palavras-chave. **Método.** A coleta de dados se deu na Scientific Electronic Library Online-SciELO e correspondeu ao período de 1996 a 2023. Ferramentas utilizadas: VOSviewer, GraphPad Prims e ferramentas bibliométricas da BRAPCI. **Resultados.** Identifica um total de 487 artigos, sendo que os primeiros registros que foram localizados são datados de 2002. Constata crescimento expressivo no número de artigos a partir de 2012. A maioria dos artigos foram assinados por pesquisadores brasileiros e as instituições com maior número de artigos foram: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Minas Gerais. Os termos mais frequentes nas produções científicas estão relacionados à saúde, à educação e à cultura. Na saúde, especificamente, destacaram-se: saúde pública, enfermagem, saúde bucal, saúde mental e epidemiologia. **Considerações finais.** O expressivo crescimento do número de artigos publicados após 2012 pode estar associado ao crescimento de estudantes negros e quilombolas no ensino superior em decorrência da Lei 12.711/2012. Constata que há um esforço amplo vindo de instituições de pesquisa e de universidades brasileiras – de todas as regiões do país – em desenvolver pesquisas sobre comunidades quilombolas. Os temas mais pesquisados evidenciaram demandas específicas desse grupo étnico que estão relacionadas à qualidade de vida e à busca por igualdade de direitos.

Palavras-chave: comunidades quilombolas, produção científica, bibliometria, cientometria, SciELO

Abstract

Objective. To assess scientific production on Quilombola Communities using bibliometric and scientometric indicators: number of articles, co-authorship and co-occurrence of keywords. **Method.** Data collection was carried out in the Scientific Electronic Library Online-SciELO and corresponds to the period from 1996 to 2023. Tools used: VOSviewer, GraphPad Prims and BRAPCI bibliometric tools. **Results.** A total of 487 articles were identified, with the first records found dating back to 2002. Significant growth in the number of articles was observed from 2012 onwards. Most of the articles were written by Brazilian researchers and the institutions with the largest number of articles were: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Bahia and Universidade Federal de Minas Gerais. The most frequent terms in scientific productions are related to health, education and culture. In health, specifically, the following stood out: public health, nursing, oral health, mental health

and epidemiology. **Final considerations.** The significant growth in the number of articles published after 2012 may be associated with the increase in the number of black and Quilombola students in higher education as a result of Law 12.711/2012. It is clear that there is a broad effort by Brazilian research institutions and universities – from all Federative Units – to develop research on Quilombola Communities. The most researched topics highlighted the specific demands of this ethnic group, which may be related to safety, quality of life and the search for equal rights for these populations that are increasingly vulnerable.

Palabras clave: quilombola communities, scientific production, bibliometrics, scientometrics, SciELO

Resumen

Objetivo. Este estudio evalúa la producción científica sobre comunidades quilombolas mediante indicadores bibliométricos y cienciométricos: número de artículos, coautoría y coocurrencia de palabras clave. **Método.** La recolección de datos se realizó a partir de Scientific Electronic Library Online (SciELO) y abarcó el período de 1996 a 2023. Herramientas utilizadas: VOSviewer, GraphPad Prims y herramientas bibliométricas BRAPCI. **Resultados:** Se identificaron un total de 487 artículos, y los primeros registros localizados datan de 2002. Se observó un crecimiento significativo en el número de artículos desde 2012. La mayoría de los artículos fueron escritos por investigadores brasileños, y las instituciones con el mayor número de artículos fueron: Universidad Federal de Río de Janeiro, Universidad Federal de Bahía y Universidad Federal de Minas Gerais. Los términos más frecuentes en la producción científica están relacionados con la salud, la educación y la cultura. Específicamente, en salud, se destacaron: salud pública, enfermería, salud bucal, salud mental y epidemiología. **Consideraciones finales.** El significativo crecimiento en el número de artículos publicados después de 2012 podría estar asociado al aumento de estudiantes negros y quilombolas en la educación superior, como resultado de la Ley 12.711/2012. Esto demuestra un amplio esfuerzo de las instituciones de investigación y universidades brasileñas, de todas las regiones del país, para realizar investigaciones sobre las comunidades quilombolas. Los temas más investigados destacaron las demandas específicas de este grupo étnico, relacionadas con la calidad de vida y la búsqueda de la igualdad de derechos.

Keywords: comunidades quilombolas, produção científica, bibliometria, cienciométrica, SciELO

1 Introdução

O sistema colonialista implantado no Brasil objetivava a exploração econômica. Tal sistema deixou profundas marcas na sociedade brasileira, onde se evidenciou a diáspora africana. No período histórico de 1530-1888, pessoas de diversas etnias do continente africano – capturadas e transportadas em navios (navios tumbeiros) – viveram na condição de escravizados no país. Inúmeras foram as formas de violência praticadas como tortura, trabalho escravo e tentativas de apagamento da cultura desses grupos étnicos. Mesmo após a abolição, no caso brasileiro em 1888, muitas dessas práticas não foram extintas de imediato, visto que, ideologicamente, o neocolonialismo “[...] se assentou no discurso da inferioridade racial dos povos colonizados que, segundo os seus formuladores, estariam fadados à desorganização política e ao subdesenvolvimento” (Almeida, 2019, p. 30). Portanto, as teorias biológicas de raça serviram como apoio para legitimar a opressão dos afrodescendentes após a abolição, ou seja, para naturalizar as desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio por meio do preconceito e da discriminação racial e do racismo nas suas variadas concepções - individualista, institucional e estrutural (Almeida, 2019). O racismo é definido como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos [...]” (Almeida, 2019, p. 32). Nesse contexto, “O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra” (Kilomba, 2019, sem paginação).

Dentre as estratégias de resistência e de luta desses grupos étnicos contra o sistema colonial e o regime escravista se pode destacar os Quilombos. Para Reis (1996), a palavra quilombo se originou do termo *kilombo* - do tronco linguístico Banto – que se trata de uma sociedade formada por jovens guerreiros *mbundu* adotada pelos invasores jaga (ou imbangala). O referido termo faz referência a locais de repouso ou acampamento e está associado a uma sociedade formada por guerreiros (Porto, 2017) e, para o Rei de Portugal, era visto como toda habitação com mais de cinco negros fugitivos (Moura, 2022). Porém, definições e conceitos com esse viés foram ressignificados, a exemplo dos estudos realizados por Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento. Os referidos autores destacaram que as circunstâncias ligadas às exigências históricas e às situações geográficas contribuíram para diferentes formas de organização dos Quilombos (Nascimento, 1986; Nascimento, 2019). Portanto, os Quilombos não foram formados apenas por negros que fugiram da escravidão. Seguindo as premissas teóricas de Nascimento (1986), Gonzalez (2022, p. 25) salienta que “[...] os Quilombos, enquanto formações sociais alternativas, [...], constituíram-se em diferentes tipos de resposta ao regime escravista”, tendo

um papel central nas lutas históricas do movimento negro e dos avanços de seu protagonismo político.

O legado de um passado escravagista, bem como o período que se seguiu pós-abolição, foi e é marcado por: desigualdades nos campos político, socioeconômico e educacional; e discriminação, preconceito racial e racismo estrutural (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial [SEPPIR], 2013; Almeida, 2019). Desse modo, muitas lutas foram e são ainda necessárias para corrigir as profundas 'feridas' deixadas pelo regime escravista. No âmbito do Ensino Superior, a baixa representatividade de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas nas universidades públicas levou a criação da Lei n. 12.711 (2012) e Lei n. 14.723 (2023) e a Portaria Normativa n. 13 (2016) que estabelece reservas de vagas (50%) para estudantes autodeclarados ou autodefinidos a esses grupos étnicos, além de estudantes de escolas públicas e pessoas com deficiência no ensino superior público. Somam-se às Leis mencionadas outras políticas públicas que serão discutidas na seção dois deste artigo.

Considerando a importância das comunidades quilombolas como territórios de luta e de resistência e o crescimento de estudantes pretos e pardos no Ensino Superior (Silva, 2020), questionou-se: a) a produção científica sobre as comunidades quilombolas cresceu após a Lei de Cotas?; b) quais instituições e países estão se dedicando a pesquisas sobre esta temática?; e c) quais são os temas mais pesquisados? Neste contexto, a presente pesquisa objetiva analisar algumas características das produções científicas sobre comunidades quilombolas indexadas na base de dados *Scientific Electronic Library Online-SciELO* (1996 a 2023). Por meio de indicadores bibliométricos e cientométricos, buscou-se: a) identificar o número de artigos por ano; b) analisar a coautoria por instituição e por país; e c) analisar a coocorrência de palavras-chave (Sugimoto & Larivière, 2018).

Quando se tratam de estudos bibliométricos que fazem referência às comunidades quilombolas, destacaram-se dois artigos. No primeiro, de Azevedo et al. (2022), os autores analisaram as produções científicas de epidemiologia em nutrição no Brasil e os resultados apontaram que a nutrição de grupos populacionais vulneráveis como os quilombolas e os indígenas são temas menos recorrentes nas produções analisadas. Já no segundo, de Batista et al. (2022), os autores analisaram a produção científica brasileira sobre saúde da população negra em quatro bases de dados (BVS, *PubMed*, *Web of Science* e *Scopus*). Os resultados apontaram que os termos mais recorrentes tratam sobre aspectos epidemiológicos e condições de saúde e doenças. Considerando que os autores categorizaram as produções por população negra e população quilombola, foi possível observar os enfoques nos temas mais pesquisados: nas populações negras predominou doenças cardiovasculares, HIV/Aids, PNSIPN, saúde bucal, saúde da mulher, saúde mental e doença falciforme e, nas populações quilombolas, hipertensão arterial, hepatites, insegurança alimentar e saúde da mulher.

A partir dos estudos descritos acima, infere-se que a produção científica sobre comunidades quilombolas é ampliada após a Lei de Cotas (Lei n. 12.711, 2012; Lei n. 14.723, 2023) e os temas mais pesquisados podem estar relacionados à área da saúde, visto as ações criadas pelo 'Programa Aquilomba Brasil' (Decreto n. 11.447, 2023; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA], 2024) que envolvem políticas intersetoriais como segurança alimentar, atenção ao idoso e demais temas relacionados à qualidade de vida e direitos humanos. Visto que não há estudos específicos sobre a produção científica acerca das comunidades quilombolas, a presente pesquisa pode contribuir de modo substancial para políticas públicas, bem como para o campo da Ciência da Informação (biblioteconomia). Além disso, esta abordagem vai ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas ([ONU], s.d.), que buscam, dentre diversas questões, promover ações que possam reduzir as desigualdades sociais do mundo.

2 Políticas públicas para o reconhecimento da diversidade étnico-racial e de reparação histórica

As políticas públicas para negros e quilombolas são recentes. No presente trabalho, destacam-se algumas delas, visto a importância e o impacto destas na educação e na busca por igualdades de direito. Tratam-se de políticas que foram efetivadas mediante a luta dos movimentos negros. Para Gonzalez (2022, p. 27), os diferentes tipos de respostas aos problemas enfrentados pela população negra no Brasil, "acabam por levar a gente a falar de movimentos negros... no movimento negro".

A Constituição da República Federativa do Brasil ([CRFB], 2016) é uma das políticas mais importantes da história do país visto que reconhece a diversidade étnico-racial. Em um dos seus objetivos fundamentais (Art. 3º, inciso IV), a CRFB destaca o dever do estado na promoção de todos os sujeitos sem preconceito de cor ou raça: "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de

discriminação”. Além disso, pode-se destacar o papel do estado no reconhecimento dos territórios quilombolas por meio do Art. 68 (do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), onde diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Já no Art. 216, § 5º destaca-se a garantia de tombamento dos sítios que marcaram a história dos Quilombos: “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (CRFB, 2016, p. 126).

Outra política importante da história do país e que tem a sua associação com o Art 68 da CRFB (1988), é o Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003 (2003), que regulamenta todos os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Neste documento, ficou estabelecido que o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA é a autarquia competente na esfera federal pela identificação, pelo reconhecimento, pela delimitação, pela demarcação e pela titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Para o INCRA (2024, sem paginação), as comunidades quilombolas, enquanto organizações sociopolíticas, são definidas como “[...] grupos étnicos [...], que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias” dos remanescentes de quilombos, constituídos, predominantemente, pela população negra que vive em ambientes rurais ou urbanos. O INCRA ainda destaca que a regularização fundiária dos territórios é uma reparação histórica que busca contribuir para dignidade dos povos remanescentes de quilombos.

As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos (INCRA, 2024, sem paginação).

Além do INCRA, destaca-se o papel da Fundação Cultural Palmares-FCP na expedição da certidão - que se fundamenta nos aspectos de autodefinição em que são tratados o § 1º do Art. 2º do Decreto n. 4.887 (2003) – e no acompanhamento das ações de regularização fundiária realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo INCRA. Por meio da ‘certificação Palmares’, como é popularmente conhecida, possibilita que os quilombolas possam usufruir das políticas públicas existentes, como as ações afirmativas voltados às reservas de vagas no serviço público e no ensino superior. Desse modo, por meio da política de identificação, de reconhecimento, de delimitação, de demarcação e de titulação dos territórios quilombolas (Decreto n. 4.887, 2003), possibilita que instituições de pesquisa possam fornecer indicadores sobre o perfil e as características de pessoas e comunidades quilombolas, contribuindo para a ampliação de políticas públicas que visem a garantia de direitos a essas populações.

Nesse contexto, destaca-se o primeiro censo demográfico publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) que teve como objeto central a população quilombola. O referido censo, realizado em 2022, aplicou uma metodologia que “permitiu que a investigação sobre o pertencimento étnico quilombola se orientasse pelo princípio da autodeclaração, a partir de um quesito de pertencimento étnico quilombola – ‘Você se considera quilombola?’” (IBGE, 2023, p. 9). Portanto, o IBGE pode afirmar que há 1.327.802 pessoas autodeclaradas quilombolas, distribuídas em 24 estados e no Distrito Federal e em 1.696 municípios. O maior número de pessoas quilombolas está concentrado na Bahia (397.059), no Maranhão (269.074), em Minas Gerais (135.310), no Pará (135.033) e em Pernambuco (78.827). Além disso, o censo destacou que há 3.691 Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) reconhecidas com a certidão da Fundação Cultural Palmares ([FCP], 2022) e 502 territórios quilombolas oficialmente delimitados pelo INCRA. Portanto, o referido censo se constitui como um marco importante pela qualidade das informações, bem como pela sua dimensão que dá destaque à diversidade socioterritorial brasileira.

A Lei n. 12.711 (2012) e Lei n. 14.723 (2023), conhecida como Lei de Cotas, garante o ingresso de pessoas autodeclaradas pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de escolas públicas no ensino superior por meio de reserva de vagas. E, em julho de 2023, a referida lei foi reformulada, sendo que a principal mudança foi a inclusão da reserva de vagas para quilombolas. Portanto, a certidão da FCP é um documento primordial nesse processo de ingresso à universidade via lei de cotas. Outra política de ação afirmativa importante é a Portaria Normativa n. 13, de 11 de maio de 2016 (2016), que reserva vagas para os mesmos grupos étnicos na Pós-Graduação. Entretanto, esta portaria foi revogada pela de nº 545, de 16 de junho de 2020 (Portaria n. 545, 2020), assinada pelo então ministro Abraham Weintraub. Essa revogação impactará negativamente na política de ações afirmativas na pós-graduação. Para além da entrada no ensino superior, é

necessário que seja garantido a permanência desses estudantes cotistas no ensino superior. Por isso, as políticas de auxílio e assistência à permanência são fundamentais para assegurar a democracia plena.

Conforme Silva (2020), o crescimento do percentual de pessoas negras (considerando pretos e pardos) que frequentam ensino superior público (curso de graduação) de 2001 a 2015 foi expressivo: “Se antes os negros representavam apenas 22% dos estudantes de nível superior, em 2015 essa participação alcançou aproximadamente 44%” (Silva, 2020, p. 17). Além disso, a autora destacou que as ações afirmativas no ensino superior foram fundamentais para o crescimento de estudantes de grupos historicamente excluídos visto que “Enquanto em 2012, antes da aplicação da Lei de Cotas, apenas 13,1% dos estudantes ingressaram por meio de ações afirmativas, com a plena aplicação da legislação, verifica-se que esse percentual passa a 39,6%” (Silva, 2020, p. 32).

Por fim, não menos importante, foi o Parecer CNE/CEB n.16 de 2012 (2012), que define diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola na educação básica, destaca que a educação quilombola deve levar em conta as especificidades étnico-culturais das comunidades:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (Parecer CNE/CEB n.16, 2012, p. 42).

Portanto, a referida política versa sobre a importância de se reconhecer e de se valorizar a diversidade cultural dos povos quilombolas na educação escolar.

3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa em Bibliometria (Otlet, 2018) e Cientometria (Price, 1963), de nível macro (Glänzel, 2003), de natureza básica, descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, que analisou o número de artigos sobre comunidades quilombolas indexados na base de dados *SciELO*, no período de 1996 a 2023, a coocorrência de palavras-chave (temas pesquisados) e a coautoria por instituição.

A coleta de dados deu-se na *SciELO*, com acesso via *Web of science*, pelo Portal de Periódicos da CAPES, no dia 10 de fevereiro de 2024. Na busca avançada foi utilizado o rótulo TS e a seguinte expressão de busca: TS=(Quilombo* OR Kilombo* OR Quilombis* OR Quilombagem OR Aquilomba*), estabelecida a partir de interações com a base para construção de expressão com melhor recuperação de registros. Os referidos termos podem ser assim definidos ou contextualizados:

Quilombo*: Busca pelos termos quilombo(s) ou quilombola(s). Quilombo(s) enquanto território(s) e quilombola(s) enquanto pessoa(s) que vive(em) em uma Comunidade Quilombolas e/ou auto se define quilombola.

Kilombo*: Recuperam-se documentos com as expressões kilombo(s) ou kilombola(s). Quilombo deriva do termo Kilombo do tronco linguístico Banto (Reis, 1996).

Quilombis*: Busca pelos termos quilombista ou quilombismo que, segundo Nascimento, A. (2019, p. 282), trata-se da capacidade de mobilização dos quilombolas, ou seja, atua como uma “[...] ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV.”

Quilombagem: Para Moura (2019, sem paginação), “quilombagem deve, por isto, ser vista como um processo permanente e radical entre aquelas forças que impulsionaram o dinamismo social na direção da negação do trabalho escravo”.

Aquilomba*: Busca os termos aquilombar, aquilombar-se ou aquilombamento. Para Souto (2020, p. 141), “A prática do aquilombamento é atravessada pelo princípio filosófico africano Sankofa, uma vez que diz respeito a acessar um legado fundado no início da experiência diaspórica, adaptá-lo às condições do presente e, com isso, criar a possibilidade de futuros pluriversais. Se “cada cabeça é um quilombo”, como anuncia Nascimento (1986), aquilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político”.

O recorte temporal escolhido levou em conta o ano de criação da base, que foi em 1996, até 2023. Para Meneghini (2003), a *SciELO* foi criada com os objetivos de tornar mais visível os resultados da produção

científica brasileira e de promover indicadores para avaliar a produção científica regional. Para além da rede SciELO coleções do Brasil, outros 15 países integram-se às coleções (Scielo, 2024a).

Foram aplicados filtros para selecionar apenas a tipologia de documento 'Artigo'. Os dados foram extraídos utilizando a função *Export records to, Tab Delimited File* e *Full record and Cited References*. Ao total, foram recuperados 487 artigos, não havendo duplicatas e artigos fora do contexto do objeto de estudo. Para este último caso, a verificação de contexto deu-se por meio de leitura do título e do resumo de cada documento recuperado. Os dados de pesquisa encontram-se depositados no Deposita Dados Ibict (Ghenó, 2025).

O número de artigos sobre comunidades quilombolas foi analisado e comparado com o total de artigos indexados na base (produção global, de todas as áreas do conhecimento e temas), os quais foram coletados seguindo os mesmos procedimentos de filtro e data de coleta da produção sobre comunidades quilombolas. Considerando que os primeiros registros sobre comunidades quilombolas datam a partir de 2002, a produção global foi comparada a partir desse marco temporal.

Para analisar a coocorrência utilizaram-se as palavras-chave dos autores (campo Y5). Para este caso foi necessário padronizar os termos que apresentaram variações. Já a coautoria foi analisada a partir dos dados da afiliação dos autores (campo C1), levando em conta o nome da instituição de vínculo e país. Os nomes das instituições também foram padronizados e normalizados em virtude das variações encontradas (siglas, abreviaturas, traduções para outros idiomas). Optou-se por manter o nome da instituição de pesquisa por extenso e agregado, para os casos de instituições brasileiras, a Unidade Federativa (UF). Para quatro documentos não foram localizadas informações sobre a afiliação (nem no banco de dados e tampouco no artigo consultado na íntegra); em um dos artigos a afiliação constava "Pesquisadora independente", sendo mantida essa denominação.

As planilhas das palavras-chave (termos) e a de países foram convertidas por meio das ferramentas de Conversores de Redes de Colaboração fornecidas pela Base de Dados em Ciência da Informação-BRAPCI (2023): Converter Texto (.txt) para .net (Pajek) e Converter Texto (.txt) para Matriz de Correlação. O grafo da rede de coocorrência e de coautoria por país foram criados no VOSviewer, versão 1.6.18 (Van Eck & Waltman, 2010), com grau fracionado: layout de atração = 5, a repulsão = 1, sendo que somente para a análise de coocorrência de palavras-chave foi delimitado o mínimo de 13 links (a fim de tornar o grafo mais visível). Os demais dados foram analisados nos Softwares Excel, GraphPad Prism, versão 8.0, e SIRGAS, 2020.

3.1 Limitações do estudo e desafios metodológicos

O trabalho apresenta limitações por não ter aplicado outros indicadores bibliométricos e cientométricos, como: citações, fontes de informação, coautoria por autor, bem como dados de investimento em políticas públicas ou agendas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) direcionadas ao tema comunidades quilombolas. Os desafios metodológicos encontrados estão relacionados a falta de padronização do nome das instituições de afiliação dos autores e das palavras-chave, o que demandou tratamento e normalização dos mesmos. Outro desafio que se pode citar foi a formulação da expressão de busca. Foi necessária uma pesquisa aprofundada (em documentos diversos, principalmente nas obras de Abdias Nascimento e Beatriz Nascimento que são as maiores referências no tema) para a definição dos termos de busca.

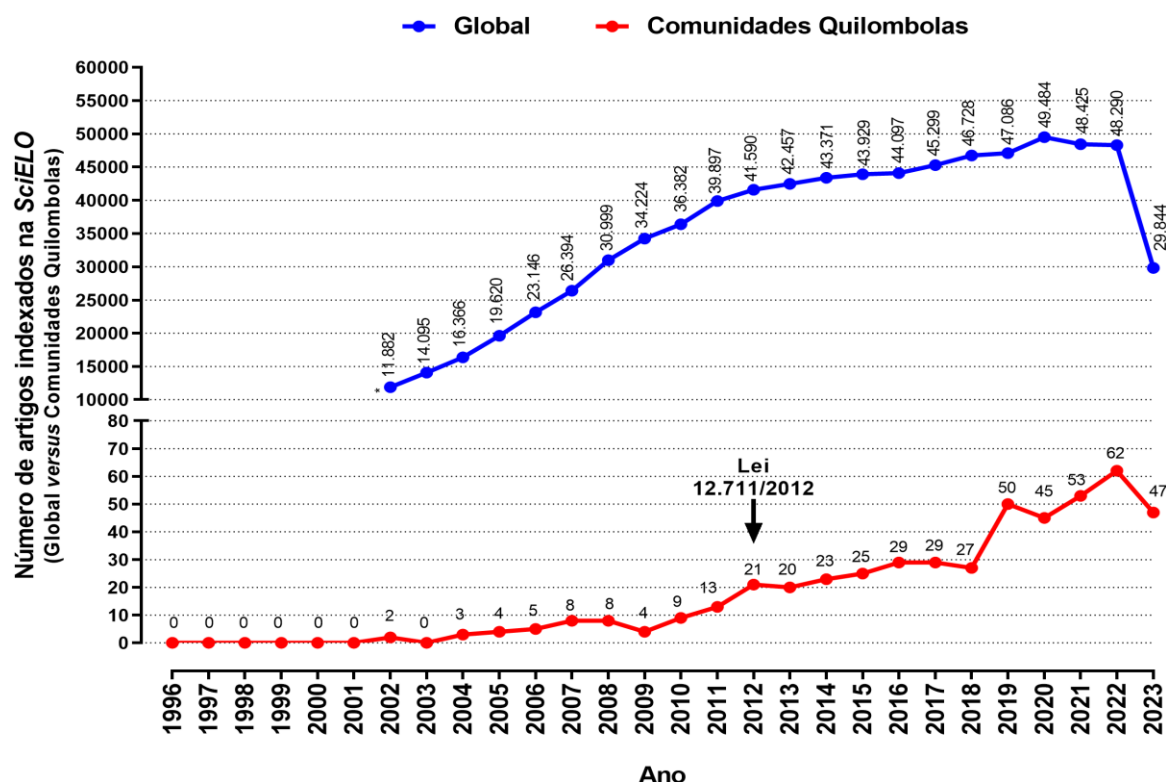
4 Resultados e Discussão

Foram recuperados na base de dados SciELO, no período de 1996 a 2023, 487 artigos sobre comunidades quilombolas. Contudo, os primeiros registros são datados de 2002 [Figura 1, linha vermelha]. Não foram localizados registros sobre o tema antes do ano de 2002. Os dois primeiros documentos publicados (Pinto, 2002; Schmitt et al., 2002) apresentaram vieses de investigação distintos. O primeiro artigo tratou da assistência ao parto e, o segundo, discutiu as novas definições de comunidades quilombolas. Pinto (2002) analisou, por meio de relatos orais, as práticas e conhecimentos tácitos das parteiras, das curandeiras e das suas descendentes na região do Tocantins. O trabalho se destaca por discutir as vivências das mulheres negras que vêm desempenhando múltiplos papéis como chefes de famílias, líderes fundadoras de povoados e organizadoras de rituais religiosos. E os pesquisadores Schmitt et al. (2002) discutiram as novas definições de comunidades quilombolas, as quais foram elaboradas para assegurar o direito constitucional de propriedade sobre suas terras. O artigo destacou a importância de um conceito ampliado, que incorpore a identidade e o

território como elementos fundamentais para determinação dos agrupamentos sociais como os quilombos. Os autores destacaram ainda que, em decorrência da invisibilidade do povo negro produzida pela história oficial, foram ignorados os efeitos da escravidão na sociedade brasileira, bem como o reconhecimento do direito à terra dos remanescentes de quilombos. Portanto, a ideia de isolamento dos quilombos e de formação única por meio de fugas é refutado, indo ao encontro das premissas apontadas pelos teóricos Nascimento (2019) e Nascimento (1986).

Figura 1

Distribuição anual de artigos indexados na SciELO: produção global (todas as áreas de conhecimento e temáticas) e produção sobre comunidades quilombolas (1996-2023).



Nota. Fonte: Elaborado pelos autores (2024). *Considerando que não foram localizados registros sobre comunidades quilombolas antes do ano de 2002, a comparação com os dados globais deu-se a partir desse marco temporal. *[Descrição da imagem]* Distribuição anual de artigos indexados na SciELO: produção global (todas as áreas de conhecimento e temáticas) e produção sobre comunidades quilombolas (1996-2023). Há duas legendas. Primeira em cor azul que representa a produção global (todas as áreas de conhecimento e temáticas) indexada na Scielo. A segunda, em cor vermelho, representa a distribuição anual da produção sobre comunidades quilombolas. *[Fim da descrição]*.

Em 2003, não foram localizados artigos sobre o tema e, nos anos subsequentes, de 2004 a 2011, o número de artigos por ano variou de 3 a 13. Já do ano de 2011 (11 artigos) para 2012 (21 artigos), por exemplo, o crescimento foi 61,5%. Desse modo, a partir de 2012, ano em que foi implementada uma das maiores políticas públicas de acesso da população negra ao Ensino Superior, a Lei de Cotas (Lei n. 12.711, 2012), constatou-se um crescimento linear da produção científica sobre comunidades quilombolas. O número de artigos publicados de 2012 a 2023 representa 88,5% do total. Conforme destacou Silva (2020), as ações afirmativas foram determinantes para o crescimento de estudantes pretos e pardos no ensino superior, elevando os percentuais de ingresso de 13,1% para 39,6% (dados referentes antes e depois da Lei n. 12.711 (2012)). Portanto, a associação entre crescimento da produção sobre comunidades quilombolas e a Lei de Cotas mostra-se pertinente, considerando que se trata de uma temática de interesse histórico da população negra.

Considerando a indissociabilidade entre pesquisa científica e políticas públicas, o crescimento de produções científicas sobre a população quilombola pode estar associada também a criação e a ampliação de outras

políticas públicas implementadas ao longo desses anos pelo governo federal. O relatório de Balanço do Orçamento da União 2023 (Instituto de Estudos Socioeconômicos [INESC], 2024) destacou o 'Programa Brasil Quilombola', criado em 2007 por meio do Decreto n. 6.261/2007, sendo que este foi revogado pelo Decreto n. 11.447 (2023) que altera o nome para 'Programa Aquilomba Brasil' e dá outras providências, como uma política de suma importância para os quilombolas. O 'Programa Aquilomba Brasil' (Decreto n. 11.447, 2023) se trata de uma política pública intersetorial e integrada, que envolve temas como: Agropecuária sustentável; Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade; Agricultura familiar e agroecologia; Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social; Educação básica democrática, com qualidade e equidade; Direito à cultura; Segurança alimentar e nutricional e combate à fome; Governança fundiária, reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais; Abastecimento e soberania alimentar; Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos; Promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos da pessoa idosa; Promoção da cidadania, defesa de direitos humanos e reparação de violações; Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e aos incêndios.

Quando se compara com a produção global indexada na base (Figura 1, linha azul), que totalizou 783.605 mil artigos, percebeu-se que de fato a produção científica sobre comunidades quilombolas acompanhou o crescimento de artigos indexados na base. Em termos percentuais, a temática 'comunidades quilombolas' representa 0,062% do total da produção indexada. A partir de 2012, a razão entre as publicações no tema e o total de registros da base vai de 0,05% até 0,16% com um crescimento mais acentuado a partir de 2018.

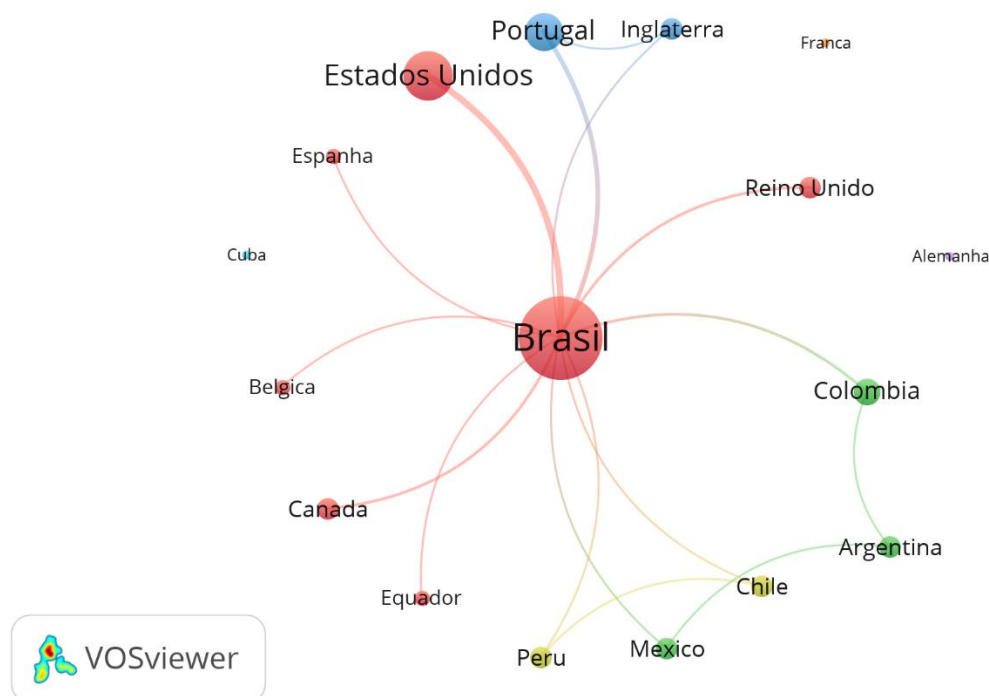
A Figura 2 apresenta os resultados da análise de coautoria por país. Constatou-se que a maioria dos autores são afiliados a instituições brasileiras (454 artigos, representando 93,2%). Portanto, o Brasil lidera as pesquisas sobre o tema, o que pode estar relacionado ao percentual elevado (85,4%) dessa produção apresentar vínculo com a Rede SciELO Brasil e também pelo fato do Brasil ser um dos três países da América Latina (AL) que tem legislação (CRFB) própria que reconhece os direitos das comunidades quilombolas (Andrade; Bellinger, 2009). Contudo, além do Brasil, foram constatadas produções oriundas de pesquisadores de outros países, como: Estados Unidos (13 artigos), Portugal (8), Argentina (6), Colômbia (6), Espanha (5), França (5), México (3), Reino Unido (3), Canadá (2) e Chile (2). Já a Alemanha, Bélgica, Cuba, Equador, Inglaterra e Peru tiveram um artigo publicado cada. A presença de autores afiliados em instituições de outros países, principalmente da AL, se justifica pelo fato de que o processo de quilombamento ocorreu em diversos países do continente americano como forma de resistência aos sistemas escravista e colonial espanhol e francês, e não apenas ao sistema português:

Apesar de diferentes nomenclaturas, as experiências quilombolas do restante da América Latina encontram muitas similaridades com o processo brasileiro originado pela referência da África Central. Encontrar estas formas similares de recantos de permanência e ressignificação do conceito de quilombo é reafirmar a ideia plural do quilombismo de Abdias. O quilombo apareceu por toda a América Latina como um passo óbvio de ruptura com a dominação colonial e com a continuidade de um legado civilizatório africano, baseado em conceitos primordiais do funcionamento dos quilombos. (D'Arrochella et al., 2022, p. 6).

Portanto, o tema em análise não se restringe a um interesse regional, no caso brasileiro, mas sim continental, no caso americano, pois as marcas deixadas pelo colonolismo – nas suas diversas facetas e comandos – são semelhantes. A exemplo de luta e de resistência colombiana, se pode destacar o artigo de Valencia (2015), que discute o papel de Benkos Biohó, símbolo de resistência afrocolombiana.

Figura 2

Rede de coautoria por país da produção científica sobre comunidades quilombolas indexada na SciELO (1996-2023).



Nota. Fonte: Elaborado pelos autores (2024). [Descrição da imagem] O grafo permite visualizar uma rede de colaboração entre diversos países, sendo que o Brasil encontra-se no centro com maiores laços colaborativos com Estados Unidos. [Fim da descrição]. 14 itens, com oito clusters, que formaram 16 links.

Ao analisar as colaborações estabelecidas, observou-se que os maiores laços colaborativos estabelecidos se deram entre os pesquisadores brasileiros com os pesquisadores afiliados às instituições localizadas nos Estados Unidos (10 artigos), em Portugal (5) e outros 10 países (Espanha, México, Reino Unido, Chile, Colômbia, Peru, Equador, Inglaterra, Canadá e Bélgica), Figura 2. Tais resultados apontam para uma internacionalização da produção científica sobre comunidades quilombolas. Além disso, é importante salientar que, os artigos assinados por pesquisadores afiliados às instituições cubanas, francesas e alemãs, foram em coautoria única, não existindo, portanto, interação com outros países, Figura 2.

Em relação às instituições de pesquisa (Tabela 1 e Figura 3), constatou-se um total de 272 instituições (218 brasileiras, 53 estrangeiras e um(a) pesquisador/a independente). Importante destacar que, em dois artigos, os autores se autodeclararam afiliados às comunidades quilombolas, a saber: um pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (PA) e o outro pela Comunidade Macanudos (RS), ambas consideradas como instituições brasileiras.

Tabela 1

Top 10: Instituições de afiliação dos autores com maior número de artigos indexados na SciELO sobre comunidades quilombolas (1996-2023).

ID	Instituição de afiliação dos autores	UF	Número de artigos
1	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	45
2	Universidade Federal da Bahia	BA	43
3	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	39
4	Universidade de São Paulo	SP	36
5	Universidade de Brasília	DF	28
6	Universidade Federal do Pará	PA	21
7	Fundação Oswaldo Cruz	RJ	17
8	Universidade Federal Fluminense	RJ	17
9	Universidade Federal de Alagoas	AL	16
10	Universidade Federal de Pernambuco	PE	16

Fonte: Elaborado pelos autores (2024). *[Descrição da imagem]* A tabela apresenta quatro colunas: identificação, instituição de afiliação, unidade da federação e número de artigos. As dez instituições listadas, em ordem decrescente de produção, são: Universidade Federal do Rio de Janeiro, com 45 artigos; Universidade Federal da Bahia, com 43; Universidade Federal de Minas Gerais, com 39; Universidade de São Paulo, com 36; Universidade de Brasília, com 28; Universidade Federal do Pará, com 21; Fundação Oswaldo Cruz e Universidade Federal Fluminense, ambas com 17; Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Pernambuco, ambas com 16 artigos. *[Fim da descrição]*.

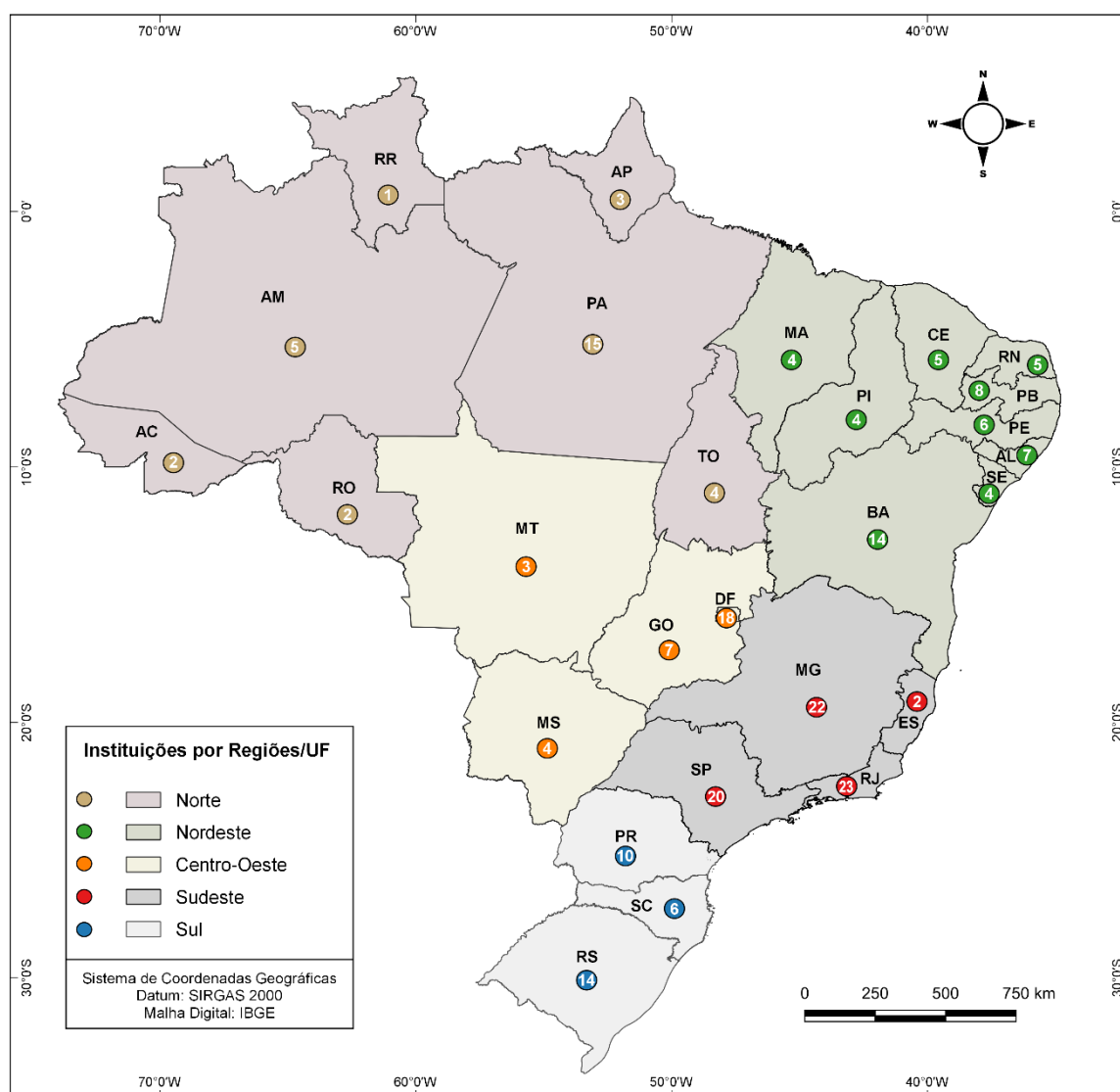
A Tabela 1 apresenta a lista das 10 instituições que tiveram o maior número de artigos. Conforme é possível observar, o maior número de artigos é oriundo de pesquisadores afiliados à: Universidade Federal do Rio de Janeiro (45), Universidade Federal da Bahia (43), Universidade Federal de Minas Gerais (39), Universidade de São Paulo (36), Universidade de Brasília (28), Universidade Federal do Pará (21), Fundação Oswaldo Cruz (17), Universidade Federal Fluminense (17), Universidade Federal de Alagoas (16) e Universidade Federal de Pernambuco (16).

Considerando que o Brasil liderou as pesquisas sobre comunidades quilombolas, viu-se a necessidade de verificar a distribuição geográfica das instituições brasileiras (Figura 3). Os resultados apontam para um esforço amplo vindo das instituições de pesquisa e das universidades brasileiras – de todas as Unidades Federativas – em desenvolver pesquisas sobre este tema. Contudo, a maior concentração de instituições está na região Sudeste (67 instituições), seguida das regiões Nordeste (57), Norte (32), Sul (30), DF (18) e Centro-Oeste (14). Conforme dados do IBGE (2023), a região Nordeste (3.171) lidera com o maior número de comunidades quilombolas reconhecidas pela FCP, seguido da região Sudeste (1.359). As regiões com menor número de comunidades são Norte (873), Sul (319) e Centro-Oeste (250). Portanto, os achados no presente estudo mostram-se proporcionais quando se observa o número de instituições de pesquisa/universidades e população quilombola por região.

A presença da Universidade Federal do Pará (UFPA) entre as 10 instituições com maior número de artigos se justifica pelo fato do Pará ser o quarto estado com maior número de comunidades quilombolas com reconhecimento pela FCP e também pelo fato de ser uma das instituições que implementou reservas de vagas anos antes a Lei 12.711/2012 por meio Resolução n. 3.869 (2009), que estabelece reservas de vagas para pessoas quilombolas por meio do Processo Seletivo Especial Indígena/Quilombola-PSE-I/Q.

Figura 3

Distribuição geográfica por Unidade Federativa-UF das instituições de afiliação dos autores brasileiros: número de instituições que possuem artigos indexados na SciELO sobre comunidades quilombolas (1996-2023).



Nota. Fonte: Elaborado pelos autores (2024). *[Descrição da imagem]* O mapa do Brasil destaca as regiões brasileiras, bem como apresenta dados quantitativos de número de instituições por estado que tiveram artigos publicados sobre comunidades quilombolas. *[Fim da descrição]*.

A análise de coocorrência de palavras-chave nos artigos se apresenta como indicador relevante de análise, justamente pela capacidade de identificação dos temas mais pesquisados na produção científica, Tabela 2 e Figura 4. É possível identificar, nos quantitativos apresentados na Tabela 2, que os termos mais frequentes nas produções científicas sobre comunidades quilombolas estão relacionados à saúde, à educação e à cultura.

Em relação à Figura 4, que apresenta a coocorrência das palavras-chave, se pode observar a formação de agrupamentos que tocam em temáticas como a identidade, cultura e educação (amarelo e rosa); o racismo, a resistência, o conhecimento tradicional e o território (azul); a saúde das minorias e a enfermagem (laranja); os estudos nutricionais e transversais, e a antropometria (lilás); os grupos étnicos, as mulheres e a autonomia pessoal (vermelho), o Brasil, a raça e a violência (marrom); e a saúde pública, e os idosos (verde). O grafo apresenta uma continuidade entre os termos formando um círculo ou mandala de temas conectados, possivelmente resultado de focos específicos dos estudos e sua conexão resultante do tema central pesquisado.

Tabela 2

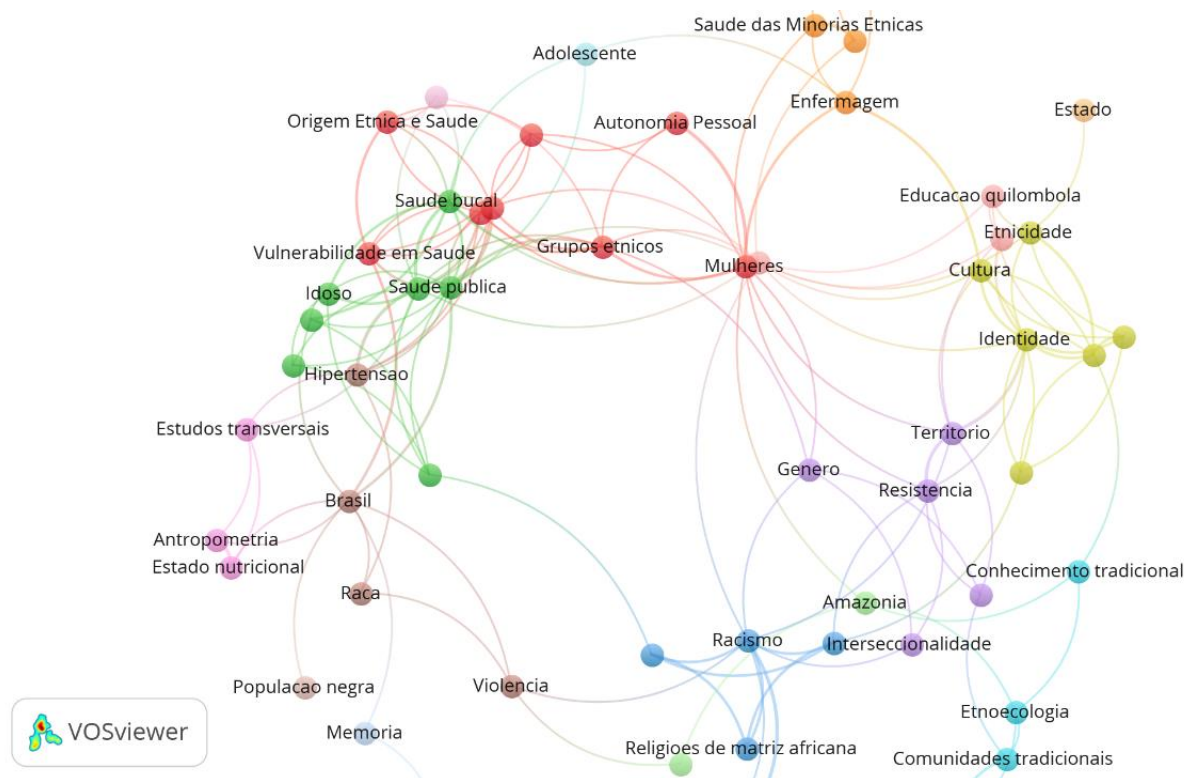
Termos com maior frequência encontrados nos artigos indexados na SciELO (1996-2023) sobre comunidades quilombolas.

ID	Termos	Frequência
1	Saúde pública	15
2	Identidade	15
3	Comunidades vulneráveis	14
4	Território	14
5	Brasil	13
6	Mulheres	13
7	Racismo	13
8	Políticas públicas	13
9	Comunidades tradicionais	11
10	Enfermagem	10
11	Amazônia	10
12	Saúde mental	10
13	Grupos étnicos	9
14	Adolescente	9
15	Resistência	8
16	Saúde bucal	7
17	Educação	7
18	Territorialidade	7
19	Reconhecimento	6
20	Epidemiologia	6

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores (2024). *[Descrição da imagem]* Tabela intitulada “Termos com maior frequência encontrados nos artigos indexados na SciELO (1996–2023) sobre comunidades quilombolas”. Contém três colunas: identificação, termo e frequência. Os termos mais recorrentes são: saúde pública e identidade, ambos com 15 ocorrências; comunidades vulneráveis e território, com 14; Brasil, mulheres, racismo e políticas públicas, com 13; comunidades tradicionais, com 11; enfermagem, Amazônia e saúde mental, com 10; grupos étnicos e adolescente, com 9; resistência, com 8; saúde bucal e educação, com 7; territorialidade, com 7; reconhecimento e epidemiologia, com 6 ocorrências cada. *[Fim da descrição]*. Ao total foram 1.230 termos.

Figura 4

Rede de coocorrência de palavras-chave: temas emergentes dos artigos publicados sobre comunidades quilombolas indexados na SciELO (1996-2023).



Nota. Fonte: Elaborado pelos autores (2024). *[Descrição da imagem]* Rede de coocorrência de palavras-chave: temas emergentes dos artigos publicados sobre comunidades quilombolas indexados na SciELO (1996-2023). O grafo apresenta a formação de agrupamentos que tocam em temáticas como a identidade, cultura e educação (amarelo e rosa); o racismo, a resistência, o conhecimento tradicional e o território (azul); a saúde das minorias e a enfermagem (laranja); os estudos nutricionais e transversais, e a antropometria (lilás); os grupos étnicos, as mulheres e a autonomia pessoal (vermelho), o Brasil, a raça e a violência (marrom); e a saúde pública, e os idosos (verde). *[Fim da descrição]*. Foram suprimidos no grafo os termos: Comunidades Quilombolas, Grupos com Ancestralidade Africana e Quilombolas.

Em relação à saúde, foi possível identificar uma variedade de termos ligados à essa área, sendo que os mais frequentes foram: saúde pública, comunidades vulneráveis, enfermagem, saúde bucal, saúde mental e epidemiologia. A alta frequência de termos relacionados à saúde se pode justificar a partir de quatro vieses: 1) a própria estratégia de implantação do *SciELO* que nasce da cooperação entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS) e, portanto, apresenta alta cobertura de periódicos da área Ciências da Saúde (Guedes, 2014; Montanari & Packer, 2014). Dados de 2024 apontaram que a Rede *SciELO* possui 1.654 periódicos indexados, sendo que 452 deles são da Ciências da Saúde (SciELO, 2024b); 2) a criação e a ampliação de políticas públicas voltadas à população Quilombola mantidas pelo Governo Federal. Conforme estudo realizado por Passos et al. (2016), há diversos programas públicos que favorecem a saúde da população quilombola, como: Programa Saúde da Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos, Segurança Alimentar e Nutricional, Programa Bolsa Família, Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde, Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e Estratégia de Saúde da Família. Conforme apontou o relatório do Balanço do Orçamento da União 2023 (INESC, 2024), o governo federal apontou continuidade das ações em prol das populações negras e quilombolas. Dentre os pontos destacados como meta é citado a recomposição dos recursos para o ensino superior, com atenção à bolsa-permanência, que atende estudantes de baixa renda, negros/as, indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais. Além da educação, o relatório aponta investimentos para políticas como: regularização fundiária, segurança alimentar e nutricional, fomento ao desenvolvimento local e saneamento; 3)

evidências de grandes falhas na inclusão de pessoas quilombolas nas políticas públicas em saúde (Freitas et al., 2011); e 4) características étnico-raciais, desigualdades e racismo estão associadas a vulnerabilidade em saúde da população quilombola (Dimenstein et al., 2020).

Conforme apontaram Mussi et al. (2019), as características étnico-raciais estão associadas a prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC). Os achados da pesquisa apontaram que três em cada 10 adultos quilombolas apresentaram TMC, sendo que as mulheres são as mais vulneráveis à doença em relação aos homens. Nos achados de Dimenstein et al. (2020, p. 206), as mulheres também são as mais afetadas pelos impactos da saúde mental. Os referidos autores destacaram que “[...] as experiências de sofrimento psíquico estão relacionadas às iniquidades sociais, à escassez de estratégias de apoio comunitário e de possibilidades de acolhimento e de cuidado culturalmente sensível na rede de atenção psicossocial [...]”. Portanto, a saúde das populações quilombolas devem ser vistas como prioridades.

Considerando que doença periodontal apresenta associação com diversos tipos de doenças - diabetes mellitus, doenças cardiovasculares e parto prematuro de baixo peso (Ministério da Saúde [MS], 2018), buscou-se dar uma ênfase nos sete artigos mapeados neste estudo sobre saúde bucal, a fim de identificar seus achados, Quadro 1. Em um contexto geral, a saúde bucal em comunidades quilombolas deve ser tratada como um problema emergente de saúde pública, visto que os estudos clínicos apontaram para diversos agravos, tais como: elevado número de pessoas edêntulas – ou seja, ausência de dentes naturais (Sandes et al., 2018); número elevado de extrações dentárias as quais estão associadas a condições de vulnerabilidade social (Araújo et al., 2020); alta prevalência de doença periodontal (Rosa et al., 2020); e alto percentual de pessoas que precisariam usar prótese dentária (Miranda et al., 2023). Além disso, há que se considerar os estudos que tratam da autopercepção negativa, a exemplo do artigo de Bidinotto e colaboradores (2017), que pode impactar diretamente na qualidade de vida, na autoestima e na saúde mental da pessoa.

As pesquisas em saúde bucal podem contribuir de modo substancial para a Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente. O Brasil Sorridente, lançado como um Programa em 2003 pelo MS (2016)

constitui-se de uma série de medidas que têm como objetivo garantir as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros, entendendo que esta é fundamental para a saúde geral e para a qualidade de vida da população (p. 2)

E, em 2023, por meio da Lei n. 14.572 (2023), o Brasil Sorridente passou a integrar o campo de atuação do Sistema Único de Saúde-SUS. Trata-se um marco importante para a saúde pública, principalmente para as comunidades tradicionais como Quilombolas, Indígenas e Ribeirinhas que, diante das especificidades geográficas e das desigualdades sociais, apresentam maiores dificuldades de acesso à infraestrutura de saúde (Sandes et al., 2018).

Quadro 1

Descrição dos estudos em Saúde Bucal em comunidades quilombolas indexados na SciELO (1996-2023).

Número	Citação (Autor, ano)	Descrição dos estudos em saúde bucal em comunidades quilombolas
1	Bidinotto et al., 2017	Objetivo: descrever a autopercepção de saúde bucal, bem como verificar fatores a ela associados em comunidades quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul. Metodologia: aplicação de um questionário junto a 583 indivíduos de comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul. Resultados: Autopercepção negativa de saúde bucal foi reportada por 313 (53,1%) indivíduos. A satisfação com mastigação e com aparência bucal esteve relacionada com maior prevalência de percepção negativa de saúde bucal, não havendo associação entre o número de dentes e o desfecho. O uso de álcool teve uma associação fraca com o desfecho.
2	Sandes et al., 2018	Objetivo: analisar as condições de saúde bucal da população quilombola idosa do norte de Minas Gerais, Brasil, e as principais limitações enfrentadas pela comunidade no acesso a serviços públicos de saúde. Método: Exames e entrevistas junto à 669 quilombolas, com idade entre 65 e 74 anos, residentes em 33 comunidades rurais quilombolas localizados em 20 municípios diferentes do Brasil. Resultados: Mais de

		50% dos idosos quilombolas entrevistados eram edêntulos e apenas 17% faziam uso de próteses dentárias totais. O principal impacto da condição bucal, relatado por eles, foi no sorriso. Considerações finais: A análise fornecida por este estudo expõe o impacto de condições de saúde bucal negligenciadas em populações minoritárias, como quilombolas, e reforça a necessidade de investimentos públicos nessas comunidades vulneráveis.
3	Silva et al., 2018	Objetivo: avaliar os hábitos de higiene bucal e sua associação com fatores socioculturais, ambientais e relacionados à utilização de serviços odontológicos entre adolescentes rurais quilombolas e não quilombolas do interior da Bahia. Considerações finais: Distintos fatores associados foram observados entre quilombolas e não quilombolas. Ressalta-se a necessidade de se considerar as especificidades das populações para a promoção da saúde bucal dos adolescentes e a importância da intersetorialidade entre educação e saúde e a atenção às famílias.
4	Miranda et al., 2020	Objetivo: investigar a condição de saúde bucal, o acesso a serviços odontológicos e fatores sociodemográficos associados a essa acessibilidade em idosos quilombolas rurais do norte do estado de Minas Gerais, Brasil. Metodologia: entrevistas estruturadas e exames clínicos odontológicos. Resultados: a maioria dos pesquisados necessitava de próteses (88%). Considerações finais: os idosos quilombolas locais possuíam uma condição precária de saúde bucal e tinham acesso restrito aos serviços odontológicos.
5	Araújo et al., 2020	Objetivo: estimar a prevalência de extrações dentárias autorrelatadas e analisar os fatores associados em comunidades quilombolas de Feira de Santana, Bahia, Brasil. Método: estudo transversal, com 864 quilombolas do Semiárido baiano. Resultados: extrações dentárias foram autorrelatadas por 82,0% dos quilombolas, sendo 49,8% com ≤ 5 e 32,2% com > 5 dentes extraídos. Considerações finais: extrações dentárias estão associadas a condições de vulnerabilidade social vivenciadas pelos quilombolas.
6	Rosa et al., 2020	Objetivo: Analisar a gravidade da condição periodontal e a ocorrência de microrganismos patogênicos na cavidade oral de uma população adulta de uma comunidade afrodescendente do nordeste do Brasil. Resultados: mostraram que entre os adultos da comunidade houve alta prevalência de doença periodontal (75,86%), sendo maior no 1º e 6º sextantes do Índice Periodontal Comunitário (IPC).
7	Miranda et al., 2023	Objetivo: investigar a autopercepção das condições bucais e fatores associados em idosos quilombolas rurais do norte de Minas Gerais, Brasil. Método: Estudo analítico e transversal de base populacional (n=406). Metodologia: Entrevistas e exames clínicos odontológicos. A autopercepção das condições bucais foi avaliada por meio do GOHAI (Índice de Determinação da Saúde Bucal Geriátrica). Considerações finais: Parcela expressiva dos idosos quilombolas manifestou uma autoavaliação mais positiva da saúde bucal, divergente do quadro odontológico constatado profissionalmente.

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O termo epidemiologia também apareceu com uma expressiva frequência. A exemplo dos estudos em saúde bucal, identifica-se o uso desse método para estabelecer relações entre os fatores sociais e econômicos e a saúde. Conforme definição, Epidemiologia é o:

Ramo ou subespecialidade da epidemiologia que estuda o papel das estruturas, processos e fatores sociais na produção de saúde e doença nas populações. Usa o conhecimento, a racionalidade e métodos

epidemiológicos para estudar como e por que a distribuição dos níveis de saúde é influenciada por fatores como etnia, status e posição socioeconômicos ou condições ambientais e de moradia. Pode usar uma abordagem de curso de vida. (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde [BIREME], 2024, sem paginação).

Portanto, os achados na presente pesquisa vão ao encontro dos resultados apresentados por Azevedo et al. (2022), visto que a nutrição de grupos populacionais vulneráveis como os quilombolas e os indígenas são temas emergentes nas produções científicas de Epidemiologia em Nutrição do Brasil, ou seja, poucos estudados.

Para além da área da saúde, destacaram-se outros termos que estão relacionados à educação e à cultura, tais como: identidade, território, territorialidade, reconhecimento e resistência. Esses termos são permeados pelos processos de decolonização, ou seja, pelos princípios de emancipação dos sujeitos colonizados. Nos quilombos, os modos de vida e as relações afetivas e identitárias seguem uma lógica distinta em comparação a outros grupos étnicos, portanto, precisam ser reconhecidos e valorizados em sua diversidade. Já os termos territórios e reconhecimento podem também estar associados à luta pela regularização fundiária da terra (Decreto n. 4.887, 2003), visto que se trata de um processo longo, lento e burocrático. É sabido que o número de territórios oficialmente delimitados pelo INCRA e pelos demais órgãos competentes ainda é pequeno diante da demanda (IBGE, 2023), o que justifica produções com essas abordagens temáticas. Soma-se a essas demandas, a luta contra o racismo (Almeida, 2019).

Considerando a expressiva frequência do termo Educação, em seu sentido literal, se pode fazer uma interpretação a partir da situação emergente das escolas quilombolas ou daquelas que atendem crianças e adolescentes quilombolas, visto que estão aquém de cumprirem as diretrizes básicas estabelecidas no Parecer CNE/CEB n. 16 de 2012 (2012). Dentre as produções localizadas sobre esse tema, se pode destacar o artigo de Carril (2017) que aponta que são grandes os desafios, pois a cultura escolar em si tem uma estrutura que exclui a diversidade. Para a autora, a experiência da diversidade étnico e cultural dos povos quilombolas devem ser valorizadas na educação escolar, bem como incorporar “[...] outras fontes de sabedoria não presentes na educação formal. E, por fim, atribuir valor ético e político ao processo educacional para que se modifiquem não somente os currículos escolares, mas a cultura escolar”. (Carril, 2017, p. 560).

5 Considerações finais

O expressivo crescimento do número de artigos sobre comunidades quilombolas se deu após o ano de 2012. Um possível fator de influência pode ser o cenário nacional que apresentou um crescimento expressivo de estudantes pretos e pardos no Ensino Superior (Silva, 2020) em decorrência da implementação de uma das maiores políticas públicas de acesso das populações negras, pardas, indígenas e quilombolas nas universidades públicas, bem como das demais políticas públicas implementadas ao longo desses anos (Lei n. 12.711, 2012; Lei n. 14.723, 2023; Portaria Normativa n. 13, 2016). Portanto, este artigo enfatiza a indissociabilidade entre pesquisa científica e políticas públicas. Contudo, para uma associação entre número de estudantes negros no ensino superior e produção, por exemplo, exige um estudo mais aprofundado, pois dependerá da verificação de perfil dos autores que assinaram os artigos, como: autodeclaração de cor/raça, autodefinição quilombola e/ou ingressantes pela Lei n. 12.711/2012. Sem dúvidas, essa abordagem poderá relevar o protagonismo de grupos étnicos prioritários das políticas de ações afirmativas na produção de conhecimento científico.

Dada a fonte de dados e recorte, naturalmente, o Brasil liderou as pesquisas sobre o tema, porém chama a atenção a ampla colaboração internacional, visto que assinou os artigos em coautoria com pesquisadores de diversos países. Além disso, identificou-se que há um esforço de todo o território brasileiro em desenvolver pesquisas sobre comunidades quilombolas, pois há pesquisadores afiliados em instituições localizadas em todas as Unidades Federativas. Contudo, o maior número de instituições está localizado na região sudeste e nordeste e o maior número de artigos são oriundos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal de Minas Gerais. Considerando que teve dois artigos com a afiliação atribuída à duas comunidades quilombolas, o presente trabalho propõe que, em publicações futuras, os autores autodefinidos como quilombolas incluam nos dados da afiliação o nome da comunidade quilombola onde vivem ou tenham pertencimento. Esse indicador poderá contribuir na localização de pesquisadores quilombolas e na avaliação do impacto de políticas públicas.

Os temas mais pesquisados evidenciaram as demandas específicas desse grupo étnico como saúde, educação e cultura que englobam temas relacionados à: identidade, território, reconhecimento ancestral e a luta contra o racismo. Tais demandas podem estar relacionadas à segurança, à qualidade de vida e busca por igualdade de direitos dessas populações que estão cada vez mais vulneráveis diante dos impactos ambientais, do garimpo ilegal, das invasões e das ameaças de fazendeiros e de grileiros de terras, da demora na regularização fundiária dos territórios e da ausência de postos de saúde e de escolas próximos aos territórios. Além disso, acrescenta-se a luta contra o racismo. Por ser um legado do colonialismo, o racismo continua a exercer um poder de normalização das desigualdades sociais, refletindo em processos contínuos de resistência e resiliência dos povos quilombolas.

O trabalho apresenta limitações por não ter apresentado, por exemplo, uma avaliação do impacto dos trabalhos por meio de uma análise de citações, bem como a aplicação de outros indicadores bibliométricos e cientométricos. Contudo, isso se justifica pela ênfase dada nos aspectos de crescimento da produção científica sobre um grupo étnico que há séculos passa por situações de exclusão e de vulnerabilidade social e econômica. A partir dos avanços e dos incrementos de políticas públicas, como as citadas na presente pesquisa, se constatou núcleos de pesquisa de diversas regiões do país e do mundo em busca de evidências científicas capazes de apontar necessidades emergenciais da população quilombola, sendo que estas devem ser tomadas como prioridades no âmbito dos governos federal, estadual e municipal em cumprimento de uma democracia plena.

Este artigo traz resultados (revistos e ampliados) de um Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia defendido em dezembro de 2023 pela estudante quilombola que assina esse artigo e que traz consigo toda sua ancestralidade e legado de proveniência de um povo para a sua construção. Como perspectivas de ampliação deste estudo, pretende-se identificar as comunidades quilombolas que foram objeto de estudo nos artigos publicados (pesquisa em fase final de testagem de algoritmo criado para identificação das comunidades com base na lista da FCP) e identificar o perfil dos autores em relação à cor/raça e à pertença (autodefinição) aos territórios Quilombolas – o que requer uma metodologia diferenciada, como envio de mensagem com questionário ao autor correspondente, por exemplo. Um outro caminho plausível, que se constitui como um recurso de coleta de dados de extrema importância, é o Currículo Lattes, visto que, recentemente, o CNPq passou a permitir a customização da visibilidade dos dados de “cor ou raça” nos currículos. Sugere-se ainda a criação de um tesouro sobre comunidades quilombolas e de assuntos relacionados.

Referências

- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Andrade, L. M. M., & Bellinger, C. K. I. (2009). Quilombos latino-americanos. *Revista Missões*.
<https://www.revistamissoes.org.br/2009/11/quilombos-latinoamericanos>
- Araújo, R. L. M. S., Araújo, E. M., Miranda, S. S., Chaves, J. N. T., & Araújo, J. A. (2020). Extrações dentárias autorrelatadas e fatores associados em comunidades quilombolas do Semiárido baiano, em 2016. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(2), e2018428. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200011>
- Azevedo, D. P. G. D., Turci, R. B., Guilam, M. C. R., Teixeira, C. P., Barros, D. C., & Gevú, K. S. S. (2022). Estudo bibliométrico da produção científica brasileira de Epidemiologia em Nutrição no período 1973-2020. *Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud*, 33, e1936.
<https://acimed.sld.cu/index.php/acimed/article/view/193>
- Base de Dados em Ciência da Informação - Brapci. (2023). *Ferramentas bibliométricas*.
<https://cip.brapci.inf.br/tools> (acesso restrito a usuários logados).
- Batista, L. E., Santos, M. P. A., Cruz, M. M., Silva, A., Passos, S. C. S., Ribeiro, E. E., Toma, T. S., & Barreto, J. O. M. (2022). Produção científica brasileira sobre saúde da população negra: revisão de escopo rápida. *Ciências & Saúde Coletiva*, 27(10), 3849–3860. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.07782022>

- Bidinotto, A. B., D'Ávila, O. P., Martins, A. B., Hugo, F. N., Neutzling, M. B., Bairos, F. S., & Hilgert, J. B. (2017). Autopercepção de saúde bucal em comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul: um estudo transversal exploratório. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 20(1), 91–101. <https://doi.org/10.1590/1980-5497201700010008>
- Carril, L. F. B. (2017). Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Revista Brasileira de Educação*, 22(69), 539–564. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226927>
- Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME. (2024). Epistemologia. In *Descritores em Ciências da Saúde*. https://decs.bvsalud.org/ths/resource/?id=28566&filter=ths_termall&q=epidemiologia
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. (2016). Senado Federal.
- D'arrochella, M. L. G., Corrêa, M. A. C., Sotero, E., & Reis, T. S. (2022). Quilombismo, amefricanidade e educação: comunidades quilombolas no cinema negro brasileiro em paralelos com o caso da América Latina. *Cadernos do Aplicação*, 35(1), 1-14. <https://doi.org/10.22456/2595-4377.123616>
- Decreto n. 11.447/2023*: Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor. (2023). Diário Oficial da União, 22-05-2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11447.htm#art17
- Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003*: Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (2003). Diário Oficial, 21-11-2003. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm
- Dimenstein, M., Belarmino, V. H., Martins, M. E., Dantas, C., Macedo, J. P. S., Leite, J. F., & Alves Filho, A. (2020). Desigualdades, racismos e saúde mental em uma comunidade quilombola rural. *Amazonica Revista de Antropologia*, 12(1), 205-229. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v12i1.8303>
- Freitas, D. A., Caballero, A. D., Marques, A. S., Hernández, C. I. V., & Antunes, S. L. N. O. (2011). Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. *Revista CEFAC*, 13(5), 937-943. <https://doi.org/10.1590/S1516-18462011005000033>
- Fundação Cultural Palmares - FCP. (2022). *Certificação Quilombola*. <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>
- Gheno, E. M. (2025). Dados de replicação para: Produção científica sobre comunidades quilombolas indexados na SciELO (1996–2023) (versão 1) [Conjunto de dados]. Deposita Dados Ibict. <https://doi.org/10.48472/deposita/TCGJLI>
- Glänzel, W. (2003). Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators. Course Handouts. https://www.researchgate.net/publication/260283036_Bibliometrics_as_a_Research_Field
- Gonzalez, L. (2022). O movimento negro na última década. In L. Gonzalez & C. Hasenbalg, *Lugar de negro*. Zahar.
- Guedes, R. D. (2014). A Visão dos Pioneiros do projeto SciELO. In A. L. Packer, N. Cop, A. Luccisano, A. Ramalho, & E. Spinak. (Orgs.), *SciELO - 15 Anos de Acesso Aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica* (pp. 29-40). Unesco. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227291>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2023). *Censo Demográfico 2022 Quilombolas: primeiros resultados do universo*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>
- Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC. (2024). *Balanco do Orçamento da União 2023: Brasil em reconstrução?*. Inesc. <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/05/balanco-do-orcamento-da-uniao-2023.pdf>

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. (2024). *Quilombolas*. <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. (2012). Diário Oficial da União, 29-08-2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Lei n. 14.572, de 8 de maio de 2023: Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS. (2023). Diário Oficial da União, 05-2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm
- Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023: Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. (2023). Diário Oficial da União, Brasília, nº 5, 14-11-2023.
- Meneghini, R. (2003). O projeto Scielo (Scientific Electronic Library on Line) e a visibilidade da literatura científica "periférica". *Química Nova*, 26(2), 155-156. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422003000200001>
- Miranda, L. P., Oliveira, T. L., Fagundes, L. S., Queiroz, P. S. F., Oliveira, F. P., & Rodrigues Neto, J. F. (2023). Autopercepção da saúde bucal e fatores associados em pessoas idosas quilombolas: um estudo de base populacional. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 26, e220191. <https://doi.org/10.1590/1981-22562023026.220191.pt>
- Miranda, L. P., Oliveira, T. L., Queiroz, P. S. F., Oliveira, P. S. D., Fagundes, L. S., & Rodrigues Neto, J. F. (2020). Saúde bucal e acesso aos serviços odontológicos em idosos quilombolas: um estudo de base populacional. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 23(2), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1981-22562020023.200146>
- Montanari, F., & Packer, A. L. (2014). Critérios de Seleção de Periódicos para Indexação e Publicação nas Coleções da Rede SciELO. In A. L. Packer, N. Cop, A. Luccisano, A. Ramalho, & E. Spinak. (Orgs.), *SciELO - 15 Anos de Acesso Aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica* (pp. 67-80). Unesco. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227291>
- Moura, C. (2019). A quilombagem como expressão de protesto radical: O quilombo era meio de resistência radical do ser escravizado. *Movimento*. <https://movimentorevista.com.br/2019/11/a-quilombagem-como-expressao-de-protesto-radical/>
- Moura, C. (2022). *Os quilombos e a rebelião negra*. Dandara.
- Mussi, R., Rocha, S., & Alves, T. (2019). Transtornos mentais comuns em quilombolas baianos, nordeste brasileiro. *Psicologia: Saúde e Doenças*, 20(3), 698-710. https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862019000300012
- Ministério da Saúde - MS. (2018). *A saúde bucal no Sistema Único de Saúde*. MS. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal_sistema_unico_saude.pdf
- Ministério da Saúde - MS. (2016). *Passo a passo das ações da Política Nacional de Saúde Bucal*. MS. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/Passo_a_Passo_Saude_Bucal_final.pdf
- Nascimento, A. (2019). *Quilombismo: documentos de uma militância pan-africana* (3ª ed.). Perspectiva; Ipeafro.
- Nascimento, B. (1986). O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra*, 3(6-7), 41-49.
- Organização das Nações Unidas - ONU. (s.d.). *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>
- Otlet, P. (2018). *Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática*. Briquet de Lemos.
- Parecer CNE/CNB n. 16, de 05 de junho de 2012: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Diário Oficial da União, Seção 1 de 20-11-2012.

- https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192
- Passos, T. S., et al. (2016). Políticas públicas de saúde para a população quilombola no Brasil: uma revisão sistemática. https://www.alass.org/wp-content/uploads/22-07_session30_1.pdf
- Pinto, B. C. M. (2002). Vivências cotidianas de parteiras e "Experientes" do Tocantins. *Revista Estudos Feministas*, 10(2), 441-448. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200013>
- Price, D. J. S. (1963). *Little science, big science*. Columbia University Press.
- Portaria n. 545, de 16 de junho de 2020: Revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016. (2020). Diário Oficial da União, nº 115, Seção 1 de 16-06-2020. <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-545-2020-06-18.pdf>
- Portaria Normativa n. 13, de 11 de maio de 2016: Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. (2016). Diário oficial da União, nº 90, Seção 1 de 12-05-2016. <https://cms.ufmt.br/files/galleries/18/CAPES/Pd6f02ee38f16f2e142e174e9bb7ec043b636d2cd.pdf>
- Porto, D. (2017). Luta quilombola pela terra: Conquistas e marcos históricos no Brasil. *Terra de Direitos*. <https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/cartilhas/53/luta-quilombola-pela-terra-conquistas-e-marcos-historicos-no-brasil/22713>
- Reis, J. J. (1996). Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, 28, 14-39. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39>
- Resolução nº 08 de 20 de novembro de 2012 do Conselho Nacional de Educação: define diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola na educação básica. (2012). Diário Oficial da União, Brasília, 20 nov. 2012. https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192
- Resolução n. 3.869 de 2009: Aprova a reserva de vagas a indígenas nos cursos de graduação da UFPA. (2009). Universidade Federal do Pará. https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2009/Microsoft%20Word%20-%203869.pdf
- Rosa, J. A. A., Fernandez, M. S., Vieira, I. S., Madi, R. R., Melo, C. M., & Oliveira, C. C. C. (2020). Detection of Oral Entamoeba Gingivalis and Trichomonas Tenax in Adult Quilombola Population with Periodontal Disease. *Odovtos International Journal of Dental Sciences*, 22(2), 157–164. doi: <http://dx.doi.org/10.15517/ijds.2020.40888>
- Sandes, L. F. F., Freitas, D. A., & Souza, M. F. N. S. (2018). Oral health of elderly people living in a rural community of slave descendants in Brazil. *Cadernos Saúde Coletiva*, 26(4), 425-431. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201800040415>
- Scientific Electronic Library Online - SciELO. (2024a). *Rede SciELO: Organizações mantenedoras e executoras*. <https://old.scielo.org/pt/sobre-o-scielo/rede-scielo/>
- Scientific Electronic Library Online - SciELO. (2024b). *Periódicos*. <https://www.scielo.br/journals/thematic?status=current>
- Schmitt, A., Turatti, M. C. M., & Carvalho, M. C. P. (2002). A atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, 5(10), 1-6. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2002000100008>
- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. (2013). *Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas 2013*. SEPPIR. http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/dilma/seppir_guia-politicas-publicas-comunidades-quilombolas_2013.pdf/view
- Silva, E. K. P., Silva, E. K. P., Santos, P. R., Chequer, T. P. R., Melo, C. M. A., Santana, K. C., & Amorim, M. M. (2018). Saúde bucal de adolescentes rurais quilombolas e não quilombolas: um estudo dos hábitos de higiene e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(9), 2963-2978. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.02532018>

- Silva, T. D. (2020). *Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior: Acesso e Perfil Discente*. IPEA. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10102/1/td_2569.pdf
- Souto, S. (2020). Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. *Revista Metamorfose*, 4(4), 133-144.
- Sugimoto, C. R., & Larivière, V. (2018). *Measuring research: What everyone needs to know*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/wentk/9780190640118.001.0001>
- Valencia, H. A. (2015). Da Guiné-Bissau à Colômbia: Benkos Biohó, resistência e (é) palenque. Um caso da diáspora africana. *CS*, 16, 233 - 242. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5189726>
- Van Eck, N. J., & Waltman, L. (2010). Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*, 84, 523–538. <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>

Dados de publicação

Lidiane Vilhena Pantoja

Bacharel

Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia; Comunidade Quilombola Vila União, Belém; Ilha do Marajó, PA, Brasil

vilhenalidiane97@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-4223-6008>

Mulher negra, quilombola, educadora social, Bibliotecária pela Universidade Federal do Pará (2024). Integrante do MensureLab - Laboratório de Estudos Métricos da Informação e de Avaliação de Políticas Públicas em CTI para o desenvolvimento da Amazônia Legal. Membro Fundadora do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campina/Vila União (NARQCVU), organização civil e comunitária, que busca somar com a construção e manutenção de memórias e saberes tradicionais. Experiência na área de Ciência da Informação, empreendedorismo e turismo de base comunitária, no Município de Salvaterra, Marajó/PA. Áreas de interesse: Ciência da Informação, base de dados e letramento digital.

Anderson do Rosario Borralho

Mestre

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Comunicação; Comunidade Quilombola do Monte Alegre, Belém; Acará, PA, Brasil

rosario.anderson2018@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-2334-7203>

Quilombola (Comunidade Quilombola do Monte Alegre-Acará-PA), agricultor e Fotógrafo Graduado em Comunicação Social Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Pará (UFPA). (2017/2022) Mestre em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA) (2022- 2024). Pesquisador do grupo de pesquisa Visagem/Antropologia Visual e da Imagem da UFPA. Atuou como coordenador de comunicação social da Associação dos Discentes Quilombolas da Universidade Federal do Pará ADQ-UFPA, (2018/2022). Atua como um dos organizadores do projeto "Quilombo Literário Jacarequara" que desenvolve atividades juntos aos alunos que prestam o PSE (2019/2025). Atuou como bolsista Pibex-Projeto de pesquisa "COMPARTILHA: DELIBERAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS" (UFPA/UFMG) (2018/2020). Atuou como bolsista no projeto A Arte de Ser Criança com Heliana Barriga, escritora infantil (2021). Atua como fotógrafo e produtor de audiovisual, produziu o documentário Nascidos e Criados no Quilombo (2024). Atua como um dos organizadores do projeto Copa Literária na comunidade quilombola Monte Alegre. Atualmente compõe a assessoria de comunicação social da Coordenação das associações das comunidades remanescentes de quilombos do Pará (MALUNGU).

Ediane Maria Gheno

Doutora

Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia, Belém, PA, Brasil

ediane ghenom@ufpa.br

<https://orcid.org/0000-0003-2743-4557>

É graduada em Letras pela Faculdade Porto-Alegrense-FAPA (2009) e Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS (2019). Possui mestrado e doutorado em Educação em Ciências pela UFRGS. Tem experiência na área de Educação em Ciências e Ciência da Informação (Biblioteconomia), atuando principalmente nos seguintes temas: Bibliotecas Comunitárias, Projetos de fomento ao livro e à leitura, Avaliação Institucional, Avaliação de Políticas Públicas em CTI e indicadores bibliométricos e cientométricos. Faz parte da equipe do Diretório Leopoldo de Meis-DLDM: sistema de apoio à avaliação institucional da pós-graduação brasileira. Atualmente, compõe o quadro de docente permanente no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (Faculdade de Biblioteconomia), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PPGCI/UFPA). Coordenadora e líder do grupo de Pesquisa do CNPq: MeasureLab (Laboratório de Estudos Métricos da Informação e de Avaliação de Políticas Públicas em CTI para o desenvolvimento da Amazônia Legal). Informações sobre o Grupo acesse: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4056354057466652. Site: measurelab.ufpa.br. Redes sociais: @edianeghen. Bibliotecária registrada no CRB-2: 1892. Ocupa o cargo de Diretora da Faculdade de Biblioteconomia da UFPA (Gestão 2024-2026).

Originalidade

Declaramos originalidade do manuscrito e destacamos que não foi enviado a nenhuma outra fonte de publicação. Manifestamos dar continuidade ao processo de publicação.

Preprints

Não se aplica.

Informações sobre o trabalho

O manuscrito é resultado de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia, da UFPA, sendo que os dados coletados foram atualizados e a pesquisa ampliada. Título do trabalho: Comunidades Quilombolas: produção científica e temas emergentes

Agradecimentos

Agradecemos ao professor e pesquisador Fábio Castro Gouveia (Ibict - MCTI) pelas ricas contribuições na revisão deste trabalho e também pelos esforços dedicados ao nosso Grupo de Pesquisa: MeasureLab - Laboratório de Estudos Métricos da Informação e de Avaliação de Políticas Públicas em CT&I para o desenvolvimento da Amazônia Legal.

Contribuição dos autores

Concepção e preparação do manuscrito: LV Pantoja, EM Gheno

Coleta de dados: EM Gheno

Discussão dos resultados: LV Pantoja, AR Borralho, EM Gheno

Discusión de los resultados: LV Pantoja, AR Borralho, EM Gheno

Revisão e aprovação: EM Gheno

Uso de inteligência artificial

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Permissão para usar imagens

Não se aplica.

Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não há qualquer conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados

Gheno, Ediane Maria (2025). Dados de replicação para: Produção científica sobre comunidades quilombolas indexados na SciELO (1996-2023), *Deposita Dados Ibict*, V1.

<https://doi.org/10.48472/deposita/TCGJLI>

Licença de uso

Os autores concedem à Biblios direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e desenvolvam o trabalho publicado, dando os devidos créditos pela autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores estão autorizados a firmar acordos adicionais separados para distribuição não exclusiva da versão publicada do trabalho no periódico (por exemplo, publicação em um repositório institucional, em um site pessoal, publicação de uma tradução ou como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Editor

Publicado pelo Sistema de Bibliotecas Universitárias da Universidade de Pittsburgh. Responsabilidade compartilhada com universidades parceiras. As ideias expressas neste artigo são dos autores e não representam necessariamente as opiniões dos editores ou da universidade.

Editores

João de Melo Maricato, Janicy Aparecida Pereira Rocha e Lúcia da Silveira

Histórico

Recebido: 14-09-2024 - Aprovado: 29-01-2025 - Publicado em: 08-12-2025



Os artigos neste periódico estão licenciados sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Estados Unidos.



This journal is published by [Pitt Open Library Publishing](http://biblios.pitt.edu/).